

**PEDRO SISNANDO LEITE
JOSÉ RIBEIRO DA SILVA**

EDUCAÇÃO PARA OS AGRICULTORES AFETADOS PELA SECA DE 2001



**PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO
DO PROJETO-PILOTO DO SEGURO-SAFRA
EXECUTADO PELO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**



Pedro Sisnando Leite

é economista, formado pela Universidade Federal do Ceará, com pós-graduação em Economia Rural e Planejamento Regional em Israel. Foi chefe da Divisão de Estudos Agrícolas do Banco do Nordeste do Brasil. Professor Titular de economia da UFC nos cursos de mestrado em Teoria Econômica e Economia Rural. Foi Pró-Reitor de Planejamento da UFC. Foi Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural do Ceará (1995-2002). É sócio efetivo do Instituto do Ceará, da Academia de Ciências Sociais e da Academia Cearense de Ciências. Publicou quarenta livros didáticos, de história e desenvolvimento econômico.



José Ribeiro da Silva

é graduado em Engenharia Agrônoma (UFC), mestre em Economia Rural (UFC) e doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Foi coordenador de Planejamento da CEPA/CE e coordenador de Planejamento do IPLANCE/CE. Foi Secretário Executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural. Foi Secretário Executivo do Projeto PNVD/Secretaria de Educação do Ceará. Assessor Técnico da Presidência do INSS/Brasília. Membro Efetivo da Academia de Ciências Sociais do Ceará, da qual é Presidente eleito para o biênio 2016/2018. Participou da elaboração e implantação do Projeto de Apoio à Educação do Ceará/SEDUC/BIRD. Tem muitos artigos e parte de livros editados em coedição.

PEDRO SISNANDO LEITE
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

JOSÉ RIBEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

EDUCAÇÃO PARA OS AGRICULTORES AFETADOS PELA SECA DE 2001

**PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO
DO PROJETO-PILOTO DO SEGURO-SAFRA
EXECUTADO PELO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**

FORTALEZA — CEARÁ
2002

**EDUCAÇÃO PARA OS AGRICULTORES AFETADOS PELA SECA DE 2001:
PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DO PROJETO-PILOTO DO SEGURO-SAFRA
EXECUTADO PELO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**

© 2002 *Copyright* by Pedro Sisnando Leite e José Ribeiro da Silva

IMPRESSO NO BRASIL / *PRINTED IN BRAZIL*
EFETUADO DEPÓSITO LEGAL NA BIBLIOTECA NACIONAL

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Carlos Alberto Alexandre Dantas
carlosalberto.adantas@gmail.com

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Educação para os agricultores afetados pela seca de 2001 /
Pedro Sisnando Leite e José Ribeiro da Silva. – Fortaleza: 2002.

121p.: il.

1. Educação – agricultura. 2. Programa de alfabetização –
Projeto-Piloto do Seguro-Safra. 3. Economia agrária 5. Agricultura
do Ceará I. Título

CDD: 370

Sumário

APRESENTAÇÃO | 7

Pedro Sisanando Leite

O CEARÁ E A SECA | 13

Agricultores Alfabetizados | 19

Justificativa | 27

PROGRAMA DE APOIO AOS PRODUTORES E TRABALHADORES RURAIS DOS MUNICÍPIOS AFETADOS PELA ESTIAGEM | 27

Objetivo geral | 31

Objetivos específicos | 31

Metas | 32

Operacionalização | 32

ATA DA REUNIÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL SOBRE O PROGRAMA DE APOIO AOS AFETADOS PELA SECA DE 2001 | 43

PARCERIA ENTRE A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E O PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA | 49

Programa ABC do Sertão | 49

Apresentação | 49

Justificativa | 51

Evolução da parceria com o Governo do Ceará | 54

APÊNDICE PROGRAMA SEGURO-SAFRA

O SEGURO-SAFRA | 63

Justificativas | 67

A DESCENTRALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA E O PAPEL DOS SECRETÁRIOS DA AGRICULTURA | 81

A gestão agrária | 81

Competências | 85

Ações emergenciais para a descentralização | 85

Proposta de ações sobre a descentralização da reforma agrária | 87

Sistema Nacional de Reforma Agrária | 89

MEDIDAS PARA ALIVIAR AS PERDAS AGRÍCOLAS CAUSADAS PELA IRREGULARIDADE DAS CHUVAS NO CEARÁ | 91

Princípios | 91

Medidas governamentais de apoio a geração de ocupação e de renda mínima. Para os agricultores carentes em situação de emergência | 92

Ações complementares de abastecimento d'água e uso da terra | 94

Alternativas voluntárias de ocupação para as populações afetadas pela quebra de safra | 95

RAZÕES PARA ADOTAR O NOVO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA ÀS POPULAÇÕES PREJUDICADAS PELA ESTIAGEM DO ANO 2001 | 97

Compensação dos prejuízos | 97

SITUAÇÃO DA ARTICULAÇÃO DOS PROGRAMAS DE CONVÍVIO COM O SEMIÁRIDO DO CEARÁ | 101

O problema de articulação existe | 101

Existem disfunções do tipo abaixo | 101

ASSENTAMENTOS/CREDES – FAIXA ETÁRIA/ESCOLARIDADE | 105

Tabelas | 105

Apresentação

O Fundo Seguro-Safra foi criado pelo Governo Federal através da Lei nº 10.420 de 10 de abril de 2002, aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional. Esta Lei instituiu o benefício Seguro-Safra para os agricultores familiares da região Nordeste, do semiárido do Estado de Minas Gerais e da região norte do Estado do Espírito Santo. A meta era beneficiar um milhão de produtores na região contemplada.

A proposta desse programa foi idealizada por uma equipe coordenada pelo Doutor José Ribeiro da Silva e comandada pelo Professor Pedro Sisnando Leite, então Secretário de Desen-

volvimento Rural do Ceará (1995-2002) e aprovado pelo Governador Tasso Jereissati, com vistas a eliminar durante os anos de secas a necessidade de distribuição de cestas básicas de alimentos e as frentes de serviços, com míseras remunerações assistenciais. Além disso, o grande alvo que esse programa visava, segundo seus proponentes, era a eliminação definitiva da secular “Indústria da Seca”, denunciada pela escritora cearense Raquel de Queiroz, na seca de 1915. A literatura fala também, ao longo dos anos, em assistencialismo político e desvio no uso das verbas contra às secas. Os autores da ideia justificam que esse novo mecanismo de “seguro calamidade” evitariam essas distorções e reduziriam os custos públicos em assistência às calamidades em mais de 50% dos padrões históricos.

O programa está baseado em detalhados estudos financeiros, atuariais, econômicos, sociais e de sustentabilidade. Foram consideradas experiências internacionais de iniciativas semelhantes em Israel, Austrália, Estados Unidos (Arizona) e estudos realizados pelos autores no

Banco do Nordeste do Brasil (BNB), na Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA) desde a seca de 1970 e por relatos de técnicos do Banco Mundial.

Das inovações introduzidas no fundo Seguro-Safra (o único existente atualmente no mundo) foram a participação dos beneficiários, dos municípios, dos Estados e do Governo Federal, além da adesão voluntária dos segurados. Estes também se obrigam, por Lei, a participarem de programas de assistência técnica, de educação e capacitação em tecnologias de convívio com o semiárido durante os meses de entressafra em que estejam recebendo as indenizações pelas perdas.

Este programa de Seguro-Safra foi inicialmente adotado em caráter de Projeto Piloto no Ceará (com a denominação provisória de Seguro-Renda), no Governo Tasso Jereissati, na seca de 2001. Os recursos para esse fim provieram do Governo do Estado do Ceará e apoio financeiro do Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, na gestão do Ministro Raul Jungmann.

Por justiça, é oportuno registrar que a proposta do Seguro-Safra consta do “Programa de Contingência e Redução da Pobreza no Semiárido”, organizado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural para enfrentar a seca de 2001. Na fase de detalhamento desse programa, muitos técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Rural contribuíram com estudos estatísticos e sugestão, com destaque para os técnicos Dr. José Ribeiro da Silva e Professor Faustino de Albuquerque e, nas negociações com a Casa Civil da Presidência e ministérios, foi determinante a participação da Secretária de Planejamento do Estado, a economista Mônica Clark Cavalcante.

O persente documento contém algumas informações sobre o modelo de capacitação e de experiência de alfabetização de adultos e agricultores beneficiados pelo Seguro-Safra do Projeto Piloto. Esse programa foi idealizado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e apoiado pela Secretaria de Educação Básica, com recurso do Programa Nacional de Alfabetização Solidária.

Durante o período de seis meses foram alfabetizados e diplomados 100 mil pessoas jovens e adultos, dos 300 mil cadastrados e afetados pela seca de 2001, no Ceará.

É de justiça agradecer o apoio geral e financeiro do Programa de Alfabetização de Comunidades Solidárias, do Governo Federal, criado em 1997, pela primeira-dama Dra. Ruth Cardoso. A ajuda e estímulos da Profa. Regina Esteves, Secretária Executiva do Programa, foram determinantes para o êxito desse laborioso trabalho. Do mesmo modo, foi a assistência das secretarias municipais de educação dos municípios contemplados com essa iniciativa.

Pedro Sisnando Leite

Secretário de Desenvolvimento Rural



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Fortaleza, 08 de fevereiro de 2002

Senhor Governador,

Cumprimentando V.Exa., tomo a liberdade de tratar do presente assunto, por esse meio, tendo em vista a urgência que se reveste.

Trata-se da alfabetização de adultos agricultores participantes do Programa Bolsa Renda – Seguro Safra. No contexto, em que essa iniciativa está sendo realizada, considero um dos mais importantes empreendimentos de desenvolvimento econômico e inclusão social do nosso Estado.

Assim, estaremos construindo um País onde ser pobre não signifique uma tragédia, como ser analfabeto em pleno século XXI. Que a pobreza tenha uma dimensão coerente com um mínimo de decência humana.

O Programa que o Estado do Ceará e a Comunidade Solidária estão tentando realizar atende essa filosofia solidária que é a imagem de V.Exa.. Em nome desses 100 mil irmãos pobres do nosso Estado, peço os recursos de contrapartida que transformarão em realidade este sonho que é meu também como economista de um desenvolvimento justo.

Que Deus o ilumine nessa decisão.

Atenciosamente,

PEDRO SISNANDO LEITE
Secretário de Desenvolvimento Rural

O Ceará e a Seca

O Ceará tem muitas faces, alguns dizem que são as secas e inverno ou de variadas tipologias. Mas prefiro encarar e dizer que o Ceará é um Estado pobre, desigual e de grandes oportunidades inexploradas. A seca é um fenômeno que muito afeta a sociedade cearense, como ocorre em muitos lugares do mundo subdesenvolvido e ricos.

O maior problema do semiárido, no entanto, é mais de organização do processo produtivo do que de secas e crises de produção. Não há

O maior problema do semiárido, no entanto, é mais de organização do processo produtivo do que de secas e crises de produção. Não há nenhuma região seca do mundo tão povoada e com rebanho animal como o Ceará.

nenhuma região seca do mundo tão povoada e com rebanho animal como o Ceará. Não é correta a ideia de que a miséria e a pobreza dominante na agricultura é culpa da população que é preguiçosa e desinteressada pelo trabalho. Na verdade, o cearense tem valores de solidariedade, hospitalidade e amor à família que não se observa na maioria dos outros países. O mal aqui é o assistencialismo.

O que torna a vida do agricultor difícil ou inviável é a falta de infraestrutura física e dos serviços sociais no interior e uma fragmentação das propriedades agrícolas inviáveis por falta de uma reforma agrária planejada e sustentável. A falta de assistência técnica e do apoio na comercialização da produção agrícola, fácil de ser organizada, é outro elemento vital para o progresso desse setor.

Conhecemos vários lugares do mundo onde isso foi resolvido com muita eficiência. Há necessidade da criação de povoados ou vilas agrícolas para uma melhor prestação de serviços sociais e de convivência da população rural.

Os técnicos israelenses que estudaram esse problema no Ceará consideram estratégica a organização espacial dos centros urbanos secundários e regionais para possibilitar o apoio à descentralização do desenvolvimento econômico e industrial do interior.

O Ceará tem dado exemplos concretos de como resolver esses assuntos de apoio aos agricultores, como a idealização pioneira do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Fundo Seguro-Safra e do Programa de Reforma Agrária Solidária, que foram reconhecidos pelo governo federal como programas bem sucedidos, sendo federalizados e estendidos a todo o país. Atualmente a base da política para a agricultura familiar do Brasil, aliás, são esses programas, apesar de precisarem ser melhorados e executados com maior eficiência.

Por fim, é preciso reconhecer que a pobreza do Ceará é crônica, independentemente do sistema pluviométrico, como se pode verificar no Estado do Maranhão, onde não há seca e é o Estado mais atrasado do País. No entanto, diante

da situação de anormalidade pluvial do Ceará, é preciso contar com medidas emergenciais e de curto prazo. Mas é indispensável planejar uma estratégia de longo prazo para orientar as ações e investimentos do setor público e privado com vistas a um desenvolvimento sustentável de toda a zona rural e não somente do semiárido.

Agricultores Alfabetizados

O mais importante recurso de um país é o seu povo. Sem o desenvolvimento dos recursos humanos não será possível reduzir as desigualdades entre ricos e pobres. Um dos mais importantes economistas do século XX dizia que desenvolvimento econômico era igual ao nível de educação e cultura científica. François Perroux defendia que, para ocorrer desenvolvimento, era preciso uma transformação cultural e aumento dos conhecimentos.

O clima, as chuvas, os solos agrícolas são importantes para o progresso econômico, mas não são suficientes para a prosperidade e a riqueza de uma nação. Há países ricos de parques

Um dos mais importantes economistas do século XX dizia que desenvolvimento econômico era igual ao nível de educação e cultura científica. François Perroux defendia que, para ocorrer desenvolvimento, era preciso uma transformação cultural e aumento dos conhecimentos.

recursos naturais, como Israel, Japão, Austrália e tantos outros. Contrariamente ocorre com muitos países ricos de recursos naturais, como a Birmânia e mesmo o Brasil, com dramáticas situações de desigualdades e pobreza.

É fácil ver que, nesses casos, a diferença está nas qualificações de sua gente. Outro aspecto pouco reconhecido no Brasil, é o papel da educação como um patrimônio intransferível e que ninguém pode se apropriar ou roubar. A educação, desse modo, é uma riqueza pessoal e tem uma função prática e também social, como nenhum outro bem.

Individualmente, ela significa cidadania, ou como disse uma senhora de idade, recém-alfabetizada: “Mesmo tendo uma boa vista eu não via e, agora, eu tenho também a liberdade e uma nova vida.”

Como patrono da primeira turma do Programa do ABC do Sertão, diplomada no município de Canindé, senti-me feliz e orgulhoso em ver que o governo do Ceará está embutido no sentimento da relevância da educação

como instrumento de desenvolvimento do Ceará rural.

Com o apoio do Programa de Educação Solidária do Governo Federal, com contrapartida do Estado, o Ceará executou pioneiramente o programa de educação básica para os trabalhadores agrícolas afetados pela seca de 2001, registrada em 137 municípios.

Cem mil trabalhadores beneficiados pelo Programa Bolsa-Renda, dos 212 mil considerados pelo Programa de Convívio com o Semiárido e Inclusão Social, afetados pelas perdas da safra do ano passado, frequentaram o curso de alfabetização de adultos. Foram 4.000 salas de aulas com alunos assistidos por monitores treinados por várias universidades do Ceará e de outros estados que deram apoio a esse programa. O Estado do Ceará, através das secretarias de Educação e Desenvolvimento Rural despendeu, nos seis meses de duração dos cursos, cerca de R\$ 10 milhões, afora a parte do Governo Federal, de valor semelhante. Os municípios participaram também desse mutirão pela alfabetização com

apoio de transporte, salas de aulas e merenda escolar. Todo o material para a contextualização do ensino foi produzido com o apoio do Projeto São José que tem por finalidade a preparação do trabalhador agrícola cearense no convívio com o semiárido e a preservação ambiental (Secretaria de Desenvolvimento Rural).

Com esse programa de educação, completam-se as grandes mudanças para enfrentar as calamidades advindas da seca: eliminação das frentes de serviços (exploração da mão de obra), com a adoção da bolsa-renda e bolsa-alimentação para mais de 300 mil produtores.

A implantação, pelo Governo Federal, do Seguro-Safra e do programa de educação para os agricultores pobres, como exigência do programa de segurança da renda na ocorrência de seca no Nordeste, foi um passo fundamental para o alívio da pobreza rural.

Com esse programa de educação, completam-se as grandes mudanças para enfrentar as calamidades advindas da seca: eliminação das frentes de serviços (exploração da mão de obra), com a adoção da bolsa-renda e bolsa-alimentação para mais de 300 mil produtores.



Pedro Sisnando Leite, Secretário de Desenvolvimento Rural do Ceará. Canindé, 12 de junho de 2002.



Cantando o Hino Nacional.

Programa de Apoio aos Produtores e Trabalhadores Rurais dos Municípios Afetados pela Estiagem

Justificativa

Os déficits do atendimento no Ensino Fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram a conclusão do ensino fundamental obrigatório. Constitui um direito Constitucional dessa população o acesso a essa formação e isso representa um desafio que só poderá ser vencido com uma estratégia de política educacional que envolva ampla mobilização da sociedade.

A Constituição Federal, reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, se preo-

O Governo do Estado do Ceará, atentando para estas questões e em consonância com as metas estabelecidas pelo Governo Federal para o Programa de Apoio aos Municípios afetados pela Estiagem, decidiu atrelar o processo de escolarização ao benefício a ser dado para os produtores e trabalhadores rurais.

cupa com este problema, determinando que, até o final da década, as taxas de analfabetismo sejam reduzidas. Neste contexto, a Educação de Jovens e Adultos tem sido tema relevante nos compromissos públicos a serem assumidos pelos Governos Estadual e Municipais e toda a sociedade, tendo em vista a superação de seus maiores desafios que são a redução do número de analfabetos e o aumento do nível de escolarização de jovens e adultos.

O Governo do Estado do Ceará, atentando para estas questões e em consonância com as metas estabelecidas pelo Governo Federal para o Programa de Apoio aos Municípios Afetados pela Estiagem, decidiu atrelar o processo de escolarização ao benefício a ser dado para os produtores e trabalhadores rurais pela perda de safra, através da implantação de cursos em nível do ensino fundamental. Integrado a esse processo serão trabalhados conteúdos específicos de Educação Agrícola, capacitando os trabalhadores para uma melhor convivência com o semiárido.

Integrado a esse processo
serão trabalhados
conteúdos específicos
de Educação Agrícola,
capacitando os
trabalhadores para uma
melhor convivência com
o semiárido.

No desenvolvimento deste Programa de Apoio aos Produtores e Trabalhadores Rurais estão envolvidas diversas Secretarias de Estado.

Objetivo geral

Reduzir o índice de analfabetismo e elevar o nível de escolarização da população cearense, mediante a implantação de cursos em nível do Ensino Fundamental para os produtores e trabalhadores rurais dos municípios afetados pela estiagem, capacitando-os para uma melhor convivência com o semiárido.

Objetivos específicos

Atender aos produtores e trabalhadores rurais através de cursos em nível de Ensino Fundamental.

Oferecer aos produtores e trabalhadores rurais meios que lhes possibilitem uma visão mais clara de sua realidade e condições viáveis para modificá-la, através de conhecimentos bá-

sicos sobre temas ligados à convivência com o semiárido.

Metas

Atendimento a 207.168 produtores e trabalhadores rurais, em 115 municípios afetados pela estiagem, através de cursos em nível de Ensino Fundamental.

Capacitação de 5.900 docentes para atuarem nos Cursos.

Operacionalização

▪ **COMPETÊNCIAS:**

DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SEDUC):

- Impressão e distribuição do material didático (livros) para o Curso de Educação Agrícola
- Copiagem e distribuição das fitas de apoio pedagógico
- Aquisição e distribuição de material escolar

- Elaboração de documento contendo as diretrizes do Curso
- Organização do número de turmas por distrito/município a partir do cadastramento fornecido pela SDR
- Planejamento da capacitação dos docentes:
 - Produção do programa de capacitação (televisivo/interativo)
 - Organização da Capacitação por município (recepção)
 - Elaboração das orientações sobre a capacitação
- Capacitação dos docentes

DOS CENTROS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (CREDE)

- Orientação aos municípios sobre a organização das turmas a partir do cadastramento
- Organização, juntamente com as Secretarias Municipais de Educação, dos locais de funcionamento das turmas e relação nominal dos alunos, por turma.

- Organização e acompanhamento da capacitação dos docentes nos municípios da jurisdição do CREDE
- Orientação sobre a formação continuada dos docentes
- Acompanhamento ao desenvolvimento do curso e desempenho dos alunos , fornecendo as informações para a SEDUC

DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS/ SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (SME)

- Fornecimento da infra estrutura para implantação dos Cursos (salas equipadas)
- Seleção e contratação de docentes (Cursos de 1ª à 8ª Série)
- Recrutamento de professores e organização do local para a capacitação
- Organização das turmas a partir do cadastramento dos produtores e trabalhadores rurais
- Aquisição de material didático básico (livros) para as turmas de 1ª à 4ª Série

- Formação continuada dos docentes /planejamento
- Encaminhamento da frequência dos alunos para a EMATERCE (mensalmente)
- Acompanhamento ao desenvolvimento do Curso e desempenho dos alunos, informando para os CREDE.

▪ **CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O CURSO DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

Os conteúdos a serem trabalhados no Curso de Educação Agrícola, destinado aos produtores e trabalhadores rurais, deverão integrar a matriz de conteúdos a serem trabalhados nos Cursos em nível do Ensino Fundamental.

O Curso foi concebido para atender a alunos de diferentes níveis de aprendizagem. Consta de:

- a) **Teleaulas** – no total de 14 vídeos, que poderão ser exibidos pela TVC ou por videocassete. Relacionadas com os textos

Os conteúdos a serem trabalhados no Curso de Educação Agrícola, destinado aos produtores e trabalhadores rurais, deverão integrar a matriz de conteúdos a serem trabalhados nos Cursos em nível do Ensino Fundamental.

dos livros do aluno, enfocam os mesmos assuntos, com abordagens diferentes. Nos vídeos, os conteúdos são apresentados visando despertar a atenção e o interesse dos alunos pelo assunto que vão estudar no livro, de forma mais ampla e mais profunda.

- b) **Livro do Aluno (até à 4ª Série)** – consta de 14 capítulos, distribuídos em 5 unidades.
- c) **Livro do Aluno (8ª Série)** – também consta de 14 capítulos distribuídos em 5 unidades

Nos dois livros destinados aos alunos, os assuntos abordados em cada capítulo, o tema das unidades e a sequência dos assuntos são iguais. Mas, enquanto o livro destinado aos alunos até a 4ª Série apresenta textos mais simples, muitas ilustrações para facilitar a aprendizagem e poucas leituras complementares, o livro do aluno da 8ª Série apresenta vocabulário um pouco mais complexo, muitas leituras complementares e sugestões para fixação da aprendizagem.

O conteúdo de cada capítulo está relacionado a um tema que centraliza as idéias abordadas na unidade.

A primeira unidade, com o tema **As Relações do Homem com a Natureza**, abrange seis capítulos que falam sobre as ações do homem na natureza, conscientizando os alunos sobre as consequências dessas ações para a vida dos seres vivos e para o ambiente.

A segunda unidade, intitulada **Elementos da Natureza Essenciais à Vida**, destaca, em dois capítulos, a importância da água e do solo para a agricultura e para a vida na Terra, assim como os riscos que corremos se esses elementos forem destruídos.

A terceira unidade, **Convivendo com o Semiárido**, apresenta em três capítulos algumas práticas agrícolas conservacionistas que possibilitam ao solo captar e armazenar a água da chuva, minimizando assim os efeitos das secas no Ceará.

A quarta unidade, **Defensivos Agrícolas**, consta de dois capítulos sobre os diferentes ti-

pos de defensivos agrícolas e alerta para os cuidados na aplicação desses produtos.

A quinta unidade, **A Cooperação no Trabalho**, com um capítulo, mostra a importância da formação de grupos organizados para melhoria de vida das pessoas em geral e, sobretudo, dos trabalhadores.

- d) **Livro do Professor** – dividido em cinco unidades, com 14 capítulos, contém os mesmos assuntos do livro do aluno, com uma abordagem mais aprofundada. Apresenta também sugestões de metodologia e de atividades que podem facilitar o trabalho na sala de aula. Cabe ao professor, no entanto, decidir se as adota, ou se prefere criar outra. Em qualquer dos casos, a metodologia a ser usada deve visar sempre o desenvolvimento da percepção, da reflexão, da cooperação, da participação, da criatividade, da autonomia e da criticidade dos alunos, assim como uma melhor integração de toda a classe.

C) O Cronograma de Execução Física

Nº	Atividades Gerais	Período	Responsável
01	Impressão, aquisição e distribuição de material didático e escolar	8 de junho a 10 de agosto	SEDUC/CMC
02	Reunião com órgãos envolvidos para definição sobre operacionalização do programa	29 de junho	SEPLAN/ SEDUC/SDR
03	Elaboração do documento com orientações sobre o programa	2 a 5 de julho	SEDUC/CDTP/ SEJA
04	Organização das turmas a partir da previsão encaminhada pela SDR	2 a 5 de julho	SEDUC/CDTP/ SEJA
05	Reunião com órgãos envolvidos na apreciação do documento e preparação da reunião com a APRECE e UNDIME	5 de julho	SEPLAN/ SEDUC/SDR
06	Reunião com dirigentes da APRECE e UNDIME	9 de julho	SEPLAN
07	Encontro com membros dos CREDE e SME para orientar sobre a implantação do Curso	13 de julho	SEPLAN/ SEDUC
08	Encaminhamento do cadastramento dos alunos para os CREDE/SME	31 de julho	SEDUC/ CREDE
09	Formação das turmas a partir do cadastramento	1º a 15 de agosto	CREDE/SME
10	Mobilização dos alunos	1º a 15 de agosto	SME/ESCOLA
11	Seleção e contratação de docentes	1º a 15 de agosto	Prefeitura/SME
12	Preparação de capacitação dos docentes/técnicos	2 de julho a 3 de agosto	SEDUC/CDTP/ NDC/NFE
13	Capacitação dos docentes/técnicos	6 a 10 de agosto	SEDUC/CREDE/ SME
14	Início das aulas	15 de agosto	SME/ESCOLA
15	Desenvolvimento do Curso (Alfabetização)	Ago./2001 a jan./2002	SME/ESCOLA
16	Pós-Alfabetização	Ago./2001 a dez./2002	SME/ESCOLA
17	Encaminhamento da frequência dos alunos para a EMATERCE (mensalmente)	Ago./2001 a jan./2002	SME
18	Encaminhamento de relatório com aproveitamento dos alunos	Set./2001 a dez./2002	ESCOLA/SME/ CREDE

ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Educação Básica Coordenadoria de Desenvolvimento Técnico-Pedagógico
Programa de Apoio aos Produtores e Trabalhadores Rurais dos Municípios Atingidos pela Estiagem
Quadro Geral – Área de Abrangência (Alunos / Turmas)

CREDE	MUNICÍPIO	LOCALIDADE	TOTAL DE ALUNOS		ALFABETIZAÇÃO		1ª a 4ª SÉRIE		5ª a 8ª	
			ALUNOS	TURMAS	ALUNOS	TURMAS	ALUNOS	TURMAS	ALUNOS	TURMAS
Maracanaú	01	07	1.397	768	29	587	16	42		
Itapipoca	11	41	11.403	6.269	250	4.790	141	344		
Acarauá	01	03	613	337	14	257	08	19		
Tianguá	02	09	3.164	1.741	69	1.328	36	95		
Sobral	03	10	4.803	2.642	103	2.017	58	144		
Canindé	08	27	13.172	7.240	291	5.538	187	394		
Baturité	05	21	6.371	3.504	139	2.677	80	190		
Horizonte	03	18	3.304	1.816	70	1.388	40	100		
Russas	13	55	14.204	7.813	349	5.964	196	427		
Jaguaripe	07	17	11.410	6.275	262	4.791	138	344		
Quixadá	07	48	15.500	8.531	343	6.505	192	464		
Cratêus	04	20	6.843	3.764	150	2.877	81	202		
Sená Pompeu	07	36	17.302	9.516	353	7.287	210	519		
Tiuaú	04	18	12.221	6.720	269	5.136	147	365		
Ignatu	07	33	19.539	10.745	427	8.205	233	589		
Itó	07	30	18.117	9.966	397	7.607	217	544		
Crato	12	46	17.266	9.498	431	7.252	205	516		
Ido Norte	06	19	11.363	6.252	310	4.771	136	340		
Brejo Santo	09	29	15.642	8.601	343	6.570	192	471		
TOTAL GERAL	115	487	206.634	111.998	4.589	85.527	2.481	6.109		

Ata da Reunião do Ministério da Integração Nacional Sobre o Programa de Apoio aos Afetados pela seca de 2001

ATA DA REUNIÃO DO SECRETÁRIO ESPECIAL DO MINISTRO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL COM OS SECRETÁRIOS DA AGRICULTURA E PRESIDENTES DOS CONSELHOS ESTADUAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DOS ESTADOS DO NORDESTE, REALIZADA NO EDIFÍCIO SUDENE, SALA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKEK ÀS 10 HORAS DO DIA 22 DE JUNHO DE 2001.

Sob a coordenação do Secretário Especial do Ministro da Integração Nacional, Wagner Bittencourt de Oliveira, reuniram-se os secretários estaduais de agricultura e presidentes dos conselhos estaduais de desenvolvi-

mento rural sustentável ou similares dos estados do Nordeste ou seus representantes, tendo, após duas horas de proposições e debates, concluído pelo seguinte:

a) quanto aos critérios para cadastramento de beneficiários no programa emergencial, aprovou-se os seguintes macro critérios de inclusão:

- 1- Municípios onde foi decretado calamidade pública pelo Governo Federal;
- 2- Municípios que estejam localizados no semiárido;
- 3- População atingida pelos efeitos da seca.
- 4- Número de famílias incluídas por estado, estará limitado ao correspondente a 50% da população da zona rural, com famílias de 4 membros;

Caberá aos conselhos de desenvolvimento sustentável dos estados, coordenar as ações do Programa de Convívio com a Seca e Inclu-


são Social, junto aos conselhos municipais que serão os responsáveis pelo cadastramento das famílias atingidas pelos efeitos da seca, em cada município. Cada estado deverá encaminhar ao Secretário Wagner Bittencourt de Oliveira, os critérios específicos, utilizados na classificação dos beneficiários, bem como a lista das famílias credenciadas.

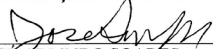
- b) quanto ao critério para distribuição de cestas CONAB foi solicitado que o Secretário Especial solicitasse orientação junto ao coordenador do Programa de Convívio com a Seca e Inclusão Social, ministro Raul Jungmann;
- c) quanto ao apoio das ações de distribuição dos benefícios, ficou acordado que os estados promoverão a necessária garantia policial à empresa brasileira de correios e telégrafos, por ocasião dos transportes de valores (número das agências bancárias para os municípios que não dispõem daquele serviço, bem como garantir no momento dos efetivos pagamentos à população assistida).

d) quanto ao cadastramento dos beneficiários para o programa Bolsa-Renda e cestas de alimentos, ficou acordado as seguintes recomendações aos conselhos estaduais e municipais:


- Colocar as crianças da família na escola;
- Alfabetizar os membros da residência dos beneficiários;
- Manter os cartões de vacina das crianças dos beneficiários atualizados.

e) foi explicado pelo Secretário Especial que o trabalhador beneficiário receberá a bolsa renda mensal correspondente a R\$ 60,00 (sessenta reais), conjuntamente com uma cesta de alimentos.

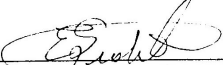

WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO ESPECIAL DO MINISTRO DE ESTADO DA
INTEGRAÇÃO NACIONAL


JOSÉ ARLINDO SOARES
SEPLANDES - PE


GABRIEL MACIEL
SECRETARIA DE PRODUÇÃO RURAL - PE



PETRUCIO BANDEIRA
SECRETARIA DE AGRICULTURA - PI




EXPEDIDO SOARES CAVALCANTE
DEFESA CIVIL - PI



SERGIO SANTANA DE MENEZES
SECRETARIA DE AGRICULTURA - SE



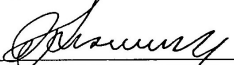
ABDON JORDÃO FILHO
SEAGRI/PRONAF - BA



ROBERTO MUNIZ
SETRAS-BA




AGUINALDO RIBEIRO
SECRETARIA DE AGRICULTURA-PB



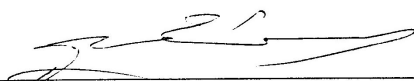
PEDRO SISNANDO LEITE
SDR - CE



TÂNIA DE FÁTIMA GURGEL NOBRE
SECRETARIA DO TRABALHO - CE



JOSÉ RIBEIRO DA SILVA
SDR/CEDR - CE



FRANCISCO MARINHO MEDEIROS
EMATER - PB

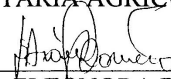


RODRIGO DINIZ DE MELO
SAPE - RN



JADIR FERREIRA CUNHA
DEFESA CIVIL - AL

JOAQUIM HUGO VIEIRA CARNEIRO
SECRETARIA AGRICULTURA - PB



MARIA ELEONORA DE ARAÚJO BARRETO
ADENE - PE



MARIO JORGE CARVALHO LIMA
ADENE - PE

MARCELO DE CASTRO VIANA
ADENE - PE



CARLOS CAVALCANTI
SECRETARIA AGRICULTURA - PB

BENEDITO L. DA COSTA
SECRETARIA AGRICULTURA - PB.

Parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Rural e o Programa Alfabetização Solidária

Programa ABC do Sertão

Apresentação

Este programa foi concebido pelo governo do Estado para fundamentar as ações de alfabetização/capacitação, ligadas aos programas de atendimento dos produtores atingidos pelas estiagens.

Para tanto, foi preparado por equipe especializada material instrucional, composto de apostilas e fitas de vídeo para viabilizar a educação contextualizada, onde os treinandos receberiam, concomitantemente com as matérias normais dos cursos, ensinamentos sobre tecnologias de convivência com o semiárido.

Foram previstos inicialmente cursos de alfabetização e de 1º grau, de forma a possibilitar o aten-

dimento do maior número possível de produtores, observando o nível de escolaridade de cada um.

Parte das demandas de treinamento foi estimada com base no banco de dados dos cadastrados para o Programa Seguro Renda, que permitiu identificar, por município e por distrito, o número de produtores por faixa de escolaridade.

Através de convênio com a Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AAPAS), a SDR disponibilizou recursos financeiros no montante de R\$ 6.400.000,00 (seis milhões e quatrocentos mil reais) para, sob o controle da Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC), viabilizar a alfabetização de cerca de 100.000 produtores nos municípios afetados pela seca.

Os cursos de 1º grau, todavia, não foram realizados, em virtude da indisponibilidade de recursos na época adequada.

Pedro Sisnando Leite
Secretário de Desenvolvimento Rural
Julho de 2002

Justificativa

O Programa Alfabetização Solidária é gerenciado por uma organização não governamental, sem fins lucrativos e de utilidade pública, que adota um modelo de alfabetização simples, inovador e de baixo custo. Criado no Brasil em janeiro de 1997, a partir do Conselho do Comunidade Solidária, os objetivos do Programa são reduzir os altos índices de analfabetismo e desencadear a oferta pública de Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

O analfabetismo no Brasil é, ainda hoje, um dos maiores obstáculos à inclusão social e ao pleno exercício da cidadania entre as camadas mais pobres da população. “Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) e Estatísticas de 2000, a proporção de pessoas alfabetizadas de 10 anos ou mais de idade era de 87,2%, ou seja, existiam, aproximadamente, 120 milhões de brasileiros que se consideram como sabendo ler e escrever, pelo menos, um bilhete simples. Comparando-se com os resultados de

1991, verificou-se que o aumento mais significativo no Brasil ocorreu na zona rural, onde esta taxa passou de 59,9% para 72,4%, representando um acréscimo na proporção de alfabetizados de 12,5 pontos percentuais”. (Censo Demográfico 2000, IBGE).

Nas regiões Norte e Nordeste do Brasil que têm os mais elevados índices de analfabetismo na faixa etária de 15 a 19 anos, houve um progressivo aumento de taxa de alfabetização, que ocorreu em todas as idades.

Na região Nordeste, o nível de analfabetismo na faixa etária acima dos 15 anos em 1991 era de 37,6%, caindo em 2000 para 26,2%, um decréscimo de 11 pontos percentuais (vide tabela a seguir).

Proporção das pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas, segundo as Grandes Regiões – 1991/2000 (%)

Grandes Regiões	1991	2000
	15 anos e mais	15 anos e mais
Brasil	20,1	13,6
Norte	24,6	16,3
Nordeste	37,6	26,2
Sudeste	12,3	8,1
Sul	11,8	7,7
Centro-Oeste	16,7	10,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

No Estado do Ceará, o Censo 1991 constatou na população residente com 15 anos ou mais de idade uma taxa de analfabetismo de 36,1%, caindo em 2000 para 26,5%, assim, observamos uma significativa queda na taxa de analfabetismo no Estado. Esta diminuição está diretamente influenciado por políticas e atuações de programas de alfabetização, principalmente do Programa Alfabetização Solidária.

Nos municípios atendidos pela parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Rural/CE e a Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AAPAS), o censo de 1991 constatou na população residente com 15 anos ou mais de

idade uma taxa de analfabetismo de 45,17%, caindo em 2000 para 33,7%.

Quadro de comparação da população analfabeta nos municípios do Estado do Ceará - parceria SDR / AAPAS nos anos 1991 / 2000

	Total	Alfabetizadas	Analfabetas	% Analfabetismo
2000	2.709.836	1.796.208	913.628	33,7
1991	2.185.230	1.199.904	985.326	45,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

Atualmente o Programa conta com a parceria de mais de 93 empresas privadas parceiras; 213 Instituições de Ensino Superior; 7 Governos Estaduais; e 5 Instituições Governamentais.

Evolução da parceria com o Governo do Ceará

O atendimento ao Estado do Ceará iniciou-se já no Módulo I (Janeiro- Junho/1997), mas a parceria com o Estado começou somente no módulo IV (Julho-Dezembro/1998). O atendimento aos municípios cearenses foi viabilizada não só por conta do entendimento do modelo do

Programa e da constatação de seus resultados de curto e médio prazo, mas, também, por conta do comprometimento do Governo do Estado do Ceará em priorizar a alocação de seus recursos financeiros para ações que minimizem este problema social, além da iniciativa de sensibilizar e mobilizar o empresariado local a realizar sua parcela de contribuição para o combate de um problema que não é unicamente do Estado, mas da sociedade como um todo.

A parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Rural/CE (SDR) e a Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária iniciou-se no módulo XI (Janeiro a Junho/2002), com o objetivo de alfabetizar 2.746 indutores e trabalhadores rurais analfabetos nos 137 municípios do Estado do Ceará afetados pela estiagem no segundo semestre do ano de 2001.

Brasília, 24 de julho de 2002

Regina Célia Vasconcelos Esteves
Superintendente Executiva Associação de Apoio ao
Programa Alfabetização Solidária
Coordenadora Nacional

Relatório: Data de Capacitação e Aula / Alunos Realizados / Salas Projetadas e Executadas Parceria SDR/AAPAS

Nº	Municípios/Ceará	Capacitação		Aula		Alunos Realizados		Salas Executadas	
		Início	Fim	Início	Fim	Realizados	Projetas	Executadas	
1	Abaiara	28/01/02	10/02/02	18/02/02	19/07/02	500	20	20	
2	Acarau	28/01/02	10/02/02	18/02/02	27/06/02	250	10	10	
3	Acopiara	14/01/02	26/01/02	18/02/02	28/06/02	2.000	80	80	
4	Atuaba	10/01/02	22/01/02	18/02/02	28/06/02	875	35	35	
5	Altaneira	20/01/02	30/01/02	04/02/02	01/07/02	250	10	10	
6	Alto Santo	10/01/02	24/01/02	18/02/02	28/06/02	250	10	10	
7	Amontada	19/02/02	04/03/02	04/03/02	31/07/02	250	10	10	
8	Antonina do Norte	20/01/02	30/01/02	04/02/02	01/07/02	250	10	10	
9	Apuires	04/12/01	20/12/01	18/02/02	18/06/02	250	10	10	
10	Aracati	14/01/02	26/01/02	18/02/02	28/06/02	375	15	15	
11	Aracoiaba	19/02/02	04/03/02	04/03/02	31/07/02	500	20	20	
12	Araipe	20/01/02	30/01/02	04/02/02	01/07/02	325	13	13	
13	Aratuba	10/01/02	22/01/02	04/02/02	04/07/02	250	10	10	
14	Arneiroz	10/01/02	22/01/02	18/02/02	28/06/02	375	15	15	
15	Assaré	20/01/02	30/01/02	04/02/02	01/07/02	500	20	20	
16	Aurora	28/01/02	10/02/02	18/02/02	19/07/02	1.125	45	45	
17	Baixio	10/01/02	22/01/02	18/02/02	18/07/02	375	15	15	
18	Banabuiu	14/01/02	26/01/02	18/02/02	28/06/02	500	20	20	
19	Barbalha	28/01/02	10/02/02	18/02/02	19/07/02	1.000	40	40	
20	Barro	28/01/02	10/02/02	18/02/02	19/07/02	625	25	25	
21	Baturité	12/01/02	24/01/02	04/02/02	04/07/02	375	15	15	
22	Beberibe	12/01/02	24/01/02	04/02/02	04/07/02	625	25	25	
23	Boa Viagem	20/02/02	04/03/02	18/02/02	28/06/02	1.875	75	75	
24	Brejo Santo	28/01/02	10/02/02	18/02/02	19/07/02	900	36	36	
25	Campos Sales	20/01/02	30/01/02	04/02/02	01/07/02	375	15	15	
26	Canindé	28/02/02	12/03/02	18/02/02	28/06/02	1.875	75	75	

Nº	Municípios/Ceará	Capacitação		Aula		Alunos Realizados	Salas		
		Início	Fim	Início	Fim		Projetos	Executadas	
27	Capistrano	12/01/02	24/01/02	04/02/02	04/07/02	500	20	20	
28	Caridade	10/01/02	22/01/02	18/02/02	28/06/02	375	15	15	
29	Caririáçu	Não capacitou – município solicitou a salda							
30	Caririás	10/01/02	22/01/02	18/02/02	28/06/02	1.000	40	40	
31	Carnaubal	13/01/02	29/01/02	05/03/02	15/07/02	375	15	15	
32	Cascavel	10/01/02	22/01/02	18/02/02	28/06/02	750	30	30	
33	Catarina	17/01/02	31/01/02	04/02/02	20/06/02	750	30	30	
34	Catunda	Suspensão durante o Módulo XI							
35	Caucaia	12/01/02	24/01/02	18/02/02	28/06/02	875	35	35	
36	Cedro	21/04/02	06/05/02	15/05/02	16/10/02	1.125	45	45	
37	Choró Limão	28/02/02	10/03/02	05/03/02	02/08/02	750	30	30	
38	Chorozinho	19/02/02	04/03/02	04/03/02	31/07/02	250	10	10	
39	Cratêus	13/01/02	01/02/02	18/02/02	18/07/02	500	20	20	
40	Crato	28/01/02	10/02/02	18/02/02	19/07/02	1.250	50	50	
41	Croata	23/04/02	08/05/02	15/05/02	16/10/02	1.000	40	40	
42	Deputado Irapuan Pinheiro	03/01/02	17/01/02	04/02/02	27/06/02	500	20	20	
43	Ererê	12/01/02	24/01/02	18/02/02	28/06/02	375	20	15	
44	Farias Brito	02/04/02	16/04/02	22/04/02	02/08/02	500	20	20	
45	Forquilha	13/01/02	29/01/02	11/02/02	11/07/02	250	10	10	
46	Fortim	14/01/02	26/01/02	18/02/02	28/06/02	250	10	10	
47	General Sampaio	10/01/02	22/01/02	18/02/02	28/06/02	250	10	10	
48	Granjeiro	17/03/02	29/03/02	01/04/02	30/09/02	250	10	10	
49	Guaraciaba do Norte	14/01/02	26/01/02	18/02/02	28/06/02	1.000	40	40	
50	Hidrolândia	14/01/02	31/01/02	18/02/02	19/07/02	500	20	20	
51	Ibaretama	27/02/02	09/03/02	05/03/02	02/08/02	625	25	25	
52	Ibiapina	14/01/02	26/01/02	18/02/02	28/06/02	500	20	20	
53	Ibicuitinga	19/02/02	02/03/02	11/03/02	13/07/02	250	10	10	
54	Icapui	14/01/02	26/01/02	18/02/02	28/06/02	250	10	10	

Nº	Municípios/Ceará	Capacitação		Aula		Alunos Realizados	Salas		
		Início	Fim	Início	Fim		Projetas	Executadas	
55	Icó	20/02/02	03/03/02	18/02/02	14/06/02	2.250	90	90	
56	Iguatu	10/01/02	22/01/02	18/02/02	28/06/02	1.500	60	60	
57	Independência	Não capacitou - município solicitou a saída							
58	Ipaporanga	21/04/02	07/05/02	13/05/02	30/09/02	250	10	10	
59	Ipauimirim	14/02/02	01/03/02	11/03/02	08/08/02	625	25	25	
60	Ipu	10/01/02	25/01/02	18/02/02	18/06/02	375	15	15	
61	Iracema	20/01/02	24/01/02	18/02/02	28/06/02	375	15	15	
62	Irauçuba	29/01/02	13/02/02	05/03/02	21/06/02	500	20	20	
63	Itaíçaba	09/04/02	25/04/02	06/05/02	06/10/02	250	10	10	
64	Itapajé	29/01/02	13/02/02	18/02/02	22/06/02	875	35	35	
65	Itapipoca	19/02/02	04/03/02	04/03/02	31/07/02	250	10	10	
66	Itapiúna	07/01/01	27/01/01	18/02/02	28/06/02	500	20	20	
67	Itarema	03/01/02	17/01/02	04/02/02	20/06/02	250	10	10	
68	Itatira	28/01/02	10/02/02	18/02/02	27/06/02	500	20	20	
69	Jaguaretama	20/02/02	06/03/02	18/02/02	28/06/02	875	35	35	
70	Jaguaribara	20/01/02	03/02/02	18/02/02	28/06/02	500	20	20	
71	Jaguaribe	20/02/02	05/03/02	18/02/02	28/06/02	1.375	55	55	
72	Jaguaruana	20/01/02	30/01/02	04/02/02	01/07/02	375	15	15	
73	Jardim	28/01/02	10/02/02	18/02/02	19/07/02	1.250	50	50	
74	Jati	28/01/02	10/02/02	18/02/02	19/07/02	250	10	10	
75	Juazeiro do Norte	28/01/02	10/02/02	18/02/02	19/07/02	375	15	15	
76	Jucás	14/01/02	26/01/02	18/02/02	28/06/02	1.000	40	40	
77	Lavras da Mangabeira	02/04/02	16/04/02	22/04/02	02/08/02	1.500	60	60	
78	Limoeiro do Norte	20/02/02	06/03/02	18/02/02	28/06/02	625	25	25	
79	Madalena	12/01/02	24/01/02	18/02/02	28/06/02	1.000	40	40	
80	Maranguape	20/01/02	30/01/02	04/02/02	01/07/02	250	10	10	
81	Mauriti	28/01/02	10/02/02	18/02/02	19/07/02	1.250	50	50	
82	Milagres	28/01/02	10/02/02	18/02/02	19/07/02	1.125	45	45	

Nº	Municípios/Ceará	Capacitação		Aula		Alunos Realizados	Salas		
		Início	Fim	Início	Fim		Projetas	Executadas	
83	Milhã	02/02/02	21/02/02	25/02/02	28/06/02	375	15	15	
84	Miraima	29/01/02	13/02/02	04/03/02	19/06/02	500	20	20	
85	Missão Velha	28/01/02	10/02/02	18/02/02	19/07/02	1.250	50	50	
86	Mombaca	14/01/02	26/01/02	04/02/02	04/07/02	1.875	75	75	
87	Monsenhr Tabosa	01/02/02	13/02/02	18/02/02	19/07/02	375	15	15	
88	Morada Nova	21/02/02	04/03/02	11/03/02	13/07/02	1.625	65	65	
89	Morrinhos	05/12/01	21/12/01	18/02/02	18/06/02	250	10	10	
90	Nova Olinda	20/01/02	30/01/02	04/02/02	01/07/02	375	15	15	
91	Ocara	20/01/02	30/01/02	04/02/02	01/07/02	500	20	20	
92	Orós	20/02/02	06/03/02	18/02/02	28/06/02	750	30	30	
93	Palhano	20/01/02	30/01/02	04/02/02	01/07/02	250	10	10	
94	Paracuru	12/01/02	24/01/02	04/02/02	28/06/02	500	20	20	
95	Parambu	Suspensão durante o Módulo XI							
96	Paramoti	04/12/01	20/12/01	18/02/02	18/06/02	375	15	15	
97	Pedra Branca	07/02/02	25/02/02	01/03/02	19/07/02	1.875	75	75	
98	Penaforte	28/01/02	10/02/02	18/02/02	19/07/02	250	10	10	
99	Pentecoste	24/01/02	24/01/02	18/02/02	28/06/02	750	30	30	
100	Pereiro	20/02/02	06/03/02	18/02/02	28/06/02	875	35	35	
101	Piquet Carneiro	01/02/02	20/02/02	25/02/02	12/07/02	625	25	25	
102	Pires Ferreira	10/01/02	25/01/02	18/02/02	18/06/02	375	15	15	
103	Poranga	17/03/02	29/03/02	01/04/02	30/09/02	250	10	10	
104	Porteiras	28/01/02	10/02/02	18/02/02	19/07/02	775	31	31	
105	Potengi	28/01/02	10/02/02	18/02/02	19/07/02	500	20	20	
106	Potiretama	12/01/02	24/01/02	18/02/02	28/06/02	- 375	15	15	
107	Quixadá	28/02/02	10/03/02	05/03/02	02/08/02	750	30	30	
108	Quixeló	10/01/02	22/01/02	18/02/02	28/06/02	1.125	45	45	
109	Quixeramobim	21/02/02	04/03/02	11/03/02	13/07/02	1.750	70	70	
110	Quixeré	19/02/02	02/03/02	11/03/02	13/07/02	400	16	16	

Nº	Municípios/Ceará	Capacitação		Aula		Alunos Realizados	Salas		
		Início	Fim	Início	Fim		Projetos	Executadas	
111	Reriutaba	30/11/01	20/12/01	04/02/02	28/06/02	1.000	40	40	
112	Russas	08/04/02	24/04/02	06/05/02	06/10/02	250	10	10	
113	Saboeiro	20/01/02	30/01/02	04/02/02	01/07/02	875	35	35	
114	Salitre	21/01/02	31/01/02	04/02/02	01/07/02	375	15	15	
115	Santa Quitéria	Suspensão durante o Módulo XI							
116	Santana do Acaraú	03/03/02	16/03/02	18/02/02	27/06/02	375	15	15	
117	Santana do Cariri	20/01/02	30/01/02	04/02/02	01/07/02	1.125	45	45	
118	São Benedito	13/01/02	29/01/02	05/03/02	15/07/02	400	16	16	
119	São Gonçalo do Amarante	28/02/02	12/03/02	18/02/02	28/06/02	875	35	35	
120	São João do Jaguaribe	10/01/02	24/01/02	18/02/02	28/06/02	250	10	10	
121	São Luís do Curu	10/01/02	22/01/02	04/02/02	04/07/02	250	10	10	
122	Senador Pompeu	26/01/02	14/02/02	20/02/02	28/06/02	375	15	15	
123	Sobral	03/03/02	16/03/02	18/02/02	27/06/02	375	15	15	
124	Solonópole	25/02/02	14/03/02	25/03/02	27/07/02	250	10	10	
125	Tabuleiro do Norte	20/02/02	06/03/02	18/02/02	18/07/02	625	25	25	
126	Tamboril	14/01/02	31/01/02	18/02/02	18/07/02	900	36	36	
127	Tarrafas	02/04/02	16/04/02	22/04/02	02/08/02	375	15	15	
128	Tauá	Não capacitou – IES UFMS com processo judicial							
129	Tejuçuoca	28/02/02	12/03/02	18/02/02	28/06/02	500	20	20	
130	Tianguá	20/02/02	04/03/02	11/03/02	13/07/02	375	15	15	
131	Trairi	10/01/02	22/01/02	04/02/02	04/07/02	625	25	25	
132	Tururu	13/01/02	29/01/02	18/02/02	10/07/02	375	15	15	
133	Ubajara	20/02/02	04/03/02	11/03/02	13/07/02	250	10	10	
134	Umari	10/01/02	22/01/02	18/02/02	28/06/02	375	15	15	
135	Umirim	26/02/02	12/03/02	22/04/02	18/07/02	500	20	20	
136	Várzea Alegre	22/04/02	07/05/02	15/05/02	16/10/02	1.500	60	60	
137	Viçosa do Ceara	28/01/02	10/02/02	18/02/02	27/06/02	500	20	20	

APÊNDICE

Programa Seguro-Safra

Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002

O Seguro-Safra

Em muitos países onde ocorrem secas e estiagens são adotados programas de contingência e alívio dos problemas criados com as irregularidades climáticas.

Em todos esses países, as exigências do governo para a declaração de situações de emergência ou calamidade são muito rigorosas e de extrema excepcionalidade. Para essa finalidade, são usados indicadores meteorológicos, condições agronômicas e da pecuária, adequação do suprimento de água e situação da renda dos fazendeiros e produtores. Durante o período de ocorrência do fenômeno de irregularidade de chuvas, são realizados estudos para atestar

Uma política que vem sendo adotada com muito sucesso em alguns países são os planos de seguro agrícola ou Seguro-Safra.

Eles foram preparados com antecedência pelos governos, com o objetivo de reduzirem o sofrimento das pessoas e aumentarem a eficiência econômica na aplicação dos recursos de assistência aos agricultores.

a necessidade da manutenção do programa ou para suspender as ações especiais.

Nos casos de crises climáticas com prejuízos econômicos para os fazendeiros e famílias dependentes da agricultura, o Governo Federal, em colaboração com os governos estaduais, adotam vários programas de financiamento, preparação da nova geração de agricultores, subsídios de crédito para as situações de dificuldades do processo produtivo e ajuda financeira a famílias com problemas de manter-se em condições dignas de vida.

Uma política que vem sendo adotada com muito sucesso em alguns países são os planos de seguro agrícola ou Seguro-Safra. Eles foram preparados com antecedência pelos governos, com o objetivo de reduzirem o sofrimento das pessoas e aumentarem a eficiência econômica na aplicação dos recursos de assistência aos agricultores. As iniciativas governamentais com essa finalidade objetivam encorajar os produtores a terem autoconfiança na administração e manejo das culturas, nos momentos de crise

O objetivo é eliminar as diversas modalidades de paternalismo e formas de trabalho humilhantes e por vezes inócuas, em que geralmente se transformam as “frentes de serviços” com apontadores de tarefas. Além da questão fundamental da liberdade e da cidadania, buscaram-se com essas ações adotar princípios de solidariedade, respeito e justiça social.

climática, de modo a assegurar as condições de vida aos produtores.

No caso do Nordeste, conforme proposta do Governo do Ceará¹ ao Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2001, a nova política do Seguro-Safra seria direcionada para garantir uma renda mínima aos agricultores mais pobres e que são mais gravemente afetados pelas perdas de safra. Outra meta prevista no programa é oferecer oportunidades de educação (alfabetização) e capacitação contextualizada de convívio com o semiárido.

Justificativas

A vulnerabilidade econômica, social e ambiental da região semiárida, agrupadas em condições climáticas adversas, requer dos governos federais, estaduais e municipais ações estruturantes que possam acelerar o desenvolvimento eco-

¹ Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002 – Criou o Fundo Seguro-Safra e instituiu o benefício Seguro-Safra para os agricultores familiares da região Nordeste, do semiárido do Estado de Minas Gerais (norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha) e da região norte do Estado do Espírito Santo.

A longa tradição de “alívio da seca” que existe no Nordeste prioriza ações de construção de obras, frentes de serviços, transferências de alimentos e créditos de emergências, envolvendo volumosos recursos do governo federal.

nômico da região, tendo como consequência à melhoria das condições de vida da população local.

Daí a necessidade de ações inovadoras que possam ser desenvolvidas por ocasião das irregularidades climáticas e que permitam à população atingida condições de sobrevivência com a seca, de forma digna. Essas ações devem, por princípio, eliminar toda e qualquer forma de clientelismo político e adotar critérios de transparência e procedimentos que permitam a fiscalização, pela sociedade através dos conselhos municipais e/ou grupos de ação comunitária.

O objetivo é eliminar as diversas modalidades de paternalismo e formas de trabalho humilhantes e por vezes inócuas, em que geralmente se transformam as “frentes de serviços” com apontadores de tarefas. Além da questão fundamental da liberdade e da cidadania, buscam-se com essas ações adotar princípios de solidariedade, respeito e justiça social.

No Nordeste, existe sempre a possibilidade de seca e, para isso, o governo deveria estar

É fundamental que todo programa em época de seca tenha como objetivo central alcançar os que são vulneráveis ao fenômeno e restituir seu poder aquisitivo.

continuadamente preparado. Embora sejam recorrentes, o deflagrar de uma nova seca sempre significa alguma surpresa, pegando o governo e a sociedade despreparados. Em geral, as ações emergenciais só começaram depois que os impactos iniciais já foram sentidos e que a população atingida começou a reagir, inclusive invadindo e saqueando feiras e armazéns, ou migrando para os grandes centros urbanos e marginalizando-se. É isso o que se busca evitar.

A longa tradição de “alívio da seca” que existe no Nordeste prioriza ações de construção de obras, frentes de serviços, transferências de alimentos e créditos de emergências, envolvendo volumosos recursos do governo federal. Todavia, existe um descontentamento geral com esses programas, especialmente com relação às construções de obras, as quais têm beneficiado desde os “industriais da seca”, que obtêm os contratos, aos grandes proprietários, que direcionam as obras para suas terras, deixando fora dos benefícios grande parte dos necessitados.

Os mais pobres vivem em regiões onde tradicionalmente os que são politicamente influentes têm sido capazes de controlar, desviar e se beneficiar dos recursos públicos destinados a evitar a seca e/ou minorar suas consequências – a chamada “indústria da seca”.

A preocupação com a insatisfação das “frentes de serviços” com relação aos recursos e aos desvios para grupos não alvos, além dos impactos sociais negativos, são as principais razões pela qual o Governo do Ceará decidiu eliminar, na seca de 2001, essas “frentes de serviços” como foram praticadas no passado.

O grupo mais pobre do Nordeste é o das famílias de agricultores com pouca ou nenhuma terra, muitos dos quais a cultivam através das modalidades de meeiros, parceiros ou de arrendamento. Essas pessoas são basicamente dependentes da agricultura de sequeiro e, em grande parte, de subsistência, e vivem na pobreza ou na indigência, sendo altamente vulneráveis nos anos de seca, quando perdem praticamente todos os seus meios de subsistência.

O problema central de uma seca geralmente não é apenas a falta de alimento, mais a perda da renda real desses agricultores, como ressalta o Dr. Celso Furtado.

É fundamental que todo programa em época de seca tenha como objetivo central alcançar

Poderão usufruir o benefício apenas os pequenos agricultores familiares do Nordeste e do norte do Estado de Minas Gerais que tenham renda familiar de até um e meio salário mínimo.

os que são vulneráveis ao fenômeno e restituir seu poder aquisitivo. Os mais pobres vivem em regiões onde tradicionalmente os que são politicamente influentes têm sido capazes de controlar, desviar e se beneficiar dos recursos públicos destinados a evitar a seca e/ou minorar suas consequências – a chamada “indústria da seca”. Esta é, precisamente, a preocupação maior que o governo tem ao direcionar recursos da sociedade para o atendimento desses nordestinos privados das condições de subsistência em face da perda de suas safras. Os mecanismos administrativos de identificação dos mais afetados tipicamente falham tanto por causa das capacidades institucionais deficientes, quanto, e mais importante ainda, por causa das estruturas de poder locais.

E necessária a utilização de novos mecanismos que dirijam os recursos aos mais necessitados, dentro das áreas mais afetadas, pelo menor custo e com o menor valor de perdas e incentivos negativos.

O Programa de Seguro-Safra, idealizado pelo Governo do Ceará, propõe uma abordagem

O Programa de Seguro-Safra, idealizado pelo Governo do Ceará, propõe uma abordagem distinta que depende principalmente de informação cadastral antecipada sobre o uso da terra, de modo a identificar previamente os agricultores pobres que estão em maior risco potencial e a posterior evidência sobre o fracasso da safra.

distinta que depende principalmente de informação cadastral antecipada sobre o uso da terra, de modo a identificar previamente os agricultores pobres que estão em maior risco potencial e a posterior evidência sobre o fracasso da safra. Busca-se, dessa forma, beneficiar apenas os pequenos agricultores mais atingidos pelas secas, restituindo-lhes o poder aquisitivo necessário à subsistência de suas famílias.

Poderão usufruir o benefício apenas os pequenos agricultores familiares do Nordeste e do norte do Estado de Minas Gerais que tenham renda familiar de até um e meio salário mínimo, que explorem área não superior a quatro módulos fiscais e cuja área plantada com as culturas abrigadas pelo Programa não exceda a dez hectares, que participem de programas de educação/capacitação rural e que adotem tecnologias de conservação ambiental e de convívio com o semiárido.

Essas condições visam a impedir as influências de grupos políticos, a possibilitar a redução das tensões sociais, a proporcionar maior segurança aos agricultores e, ao mesmo tempo,

O Seguro-Safra, além de servir como uma rede de segurança para os mais vulneráveis, possibilita o incentivo às famílias pobres a se capacitarem para adotar novas tecnologias e melhor gerenciar o risco climático, de forma a melhorar suas rendas.

a estimulá-los a buscar orientações técnicas adaptadas ao semiárido, induzindo-os à adoção de novas tecnologias. Pretende-se, pois, viabilizar a estabilidade da renda e do emprego, reduzir o risco e tornar mais fácil a vida dos agricultores pobres, dando-lhes reais condições de cidadania.

O Seguro-Safra, além de servir como uma rede de segurança para os mais vulneráveis, possibilita o incentivo às famílias pobres a se capacitarem para adotar novas tecnologias e melhor gerenciar o risco climático, de forma a melhorar suas rendas.

O Governo busca, com a implantação do Programa Seguro-Safra, a inclusão social e o fim definitivo das “frentes de serviços” e do clientelismo paternalista, iniciando uma nova agricultura sustentável no semiárido e que resulte no fim do “clientelismo da seca”.

Fortaleza | Maio | 2001

A Descentralização da Reforma Agrária e o Papel dos Secretários da Agricultura

FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE AGRICULTURA

Palestrante: *Dr. Pedro Sisnando Leite* – Sec. Agricultura do Ceará.
Brasília-DF – MAIO/1997.

A gestão agrária

A nova *Política Nacional de Reforma Agrária* deve estar apoiada nos princípios básicos *da descentralização*, uma vez que a Reforma Agrária não pode ser responsabilidade apenas do Governo Federal; *da regionalização*, observando as especificidades regionais; *da integração*, entendida pela compatibilização com as demais políticas e planos setoriais, visando a complementaridade das ações e a otimização dos recursos; e, *da participação da sociedade*, não só como meio de legitimação, mas também como processo educativo de exercício de cidadania e da democracia.

A administração da política agrária deve ser embasada em um *SISTEMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA* envolvendo a União, Estados, Municípios, Iniciativa Privada e Entidades da Sociedade Civil Organizada ligadas aos Trabalhadores e aos Proprietários Rurais, que deverá ter como órgão superior um *CONSELHO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA* e manterá um *Plano Nacional de Reforma Agrária* elaborado em conjunto com as entidades componentes do *SISTEMA*, atualizado a cada quatro anos e compatibilizado com as políticas e os programas setoriais dos Governos Federal e Estadual.

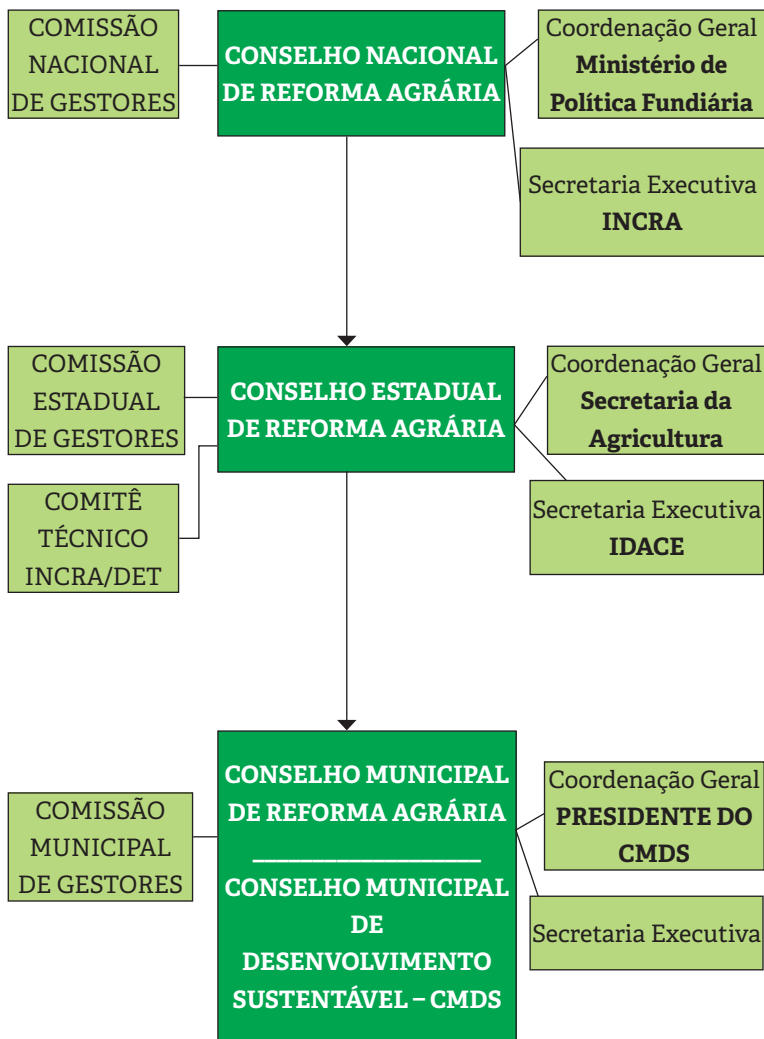
O *Plano Nacional de Reforma Agrária* deve estar contido no *Plano Nacional de Desenvolvimento/Plano Plurianual de Investimentos*; ser regionalizado, pois é certo que existem problemas regionais específicos que necessariamente devem ser considerados; ter sua elaboração a partir dos Estados; e, ser compatibilizado por região e depois nacionalmente.

O *Conselho Nacional de Reforma Agrária* terá representantes dos Órgãos Federais envol-

vidos, dos Conselhos Estaduais e das instituições de reconhecida relevância pública na gestão Agrária (Pastoral da Terra, OAB, CONTAG, CNA e outros) com a missão de *formular as políticas para Programa Nacional de Reforma Agrária*.

Nos mesmos moldes do *Conselho Nacional de Reforma Agrária* serão criados os *Conselhos Estaduais de Reforma Agrária* formado por representantes da União, dos Estados, Municípios, trabalhadores sem terra, pequenos proprietários e instituições de reconhecida relevância pública na gestão Agrária (Pastoral da Terra, OAB, Federação dos Trabalhadores Rurais, Federações Estaduais de Agricultura) com a missão de *formular as políticas para os Programas Estaduais de Reforma Agrária compatibilizando-as com as políticas nacionais e respeitando a hierarquia dos interesses federativos*.

Sistema Nacional de Reforma Agrária



Competências

Cabe ao *Ministério da Política Fundiária a Coordenação Geral do Conselho Nacional de Reforma Agrária*.

Caberá aos *Estados a responsabilidade direta da coordenação e execução dos Programas Estaduais de Reforma Agrária*, em consonância com as diretrizes do *Programa Nacional* e sob a supervisão da União.

Deverá ser constituído o *Fundo Nacional para a Reforma Agrária* com fontes de recursos definidas para garantir o cumprimento das metas do Governo Federal, inclusive o fortalecimento institucional do INCRA e dos Órgãos Estaduais de terra.

Do mesmo modo, os Estados deverão constituir os seus *Fundos Estaduais de Terra*, os quais contarão também com transferências Federais.

Ações emergenciais para a descentralização

Realizar através dos Estados a aquisição de Terras não desapropriáveis pela atual legislação

(abaixo de 15 módulos fiscais), através de Títulos da Dívida Agrária (dec. lei 433).

Definir como Política Agrícola básica, a exploração produtiva dos imóveis com base na agricultura familiar a ser executada e gerenciada de forma descentralizada em substituição às formas atuais de exploração coletivista.

Descentralizar para os Estados e unificar em rede nacional a Base Cartográfica, o Cadastro, a Titulação e a Tributação dos Imóveis Rurais.

Estabelecer um cadastro unificado em rede nacional das famílias assentadas, das que saíram dos assentamentos e inclusive das famílias interessadas no programa.

Orientar os Planos Nacional e Estaduais de Reforma Agrária, no sentido de assegurar as condições de sustentabilidade sócio-econômica, político-institucional, geo-ambiental e científico-tecnológica ao processo de Reforma Agrária.

Proposta de ações sobre a descentralização da reforma agrária

Governo Federal – ações básicas:

- Processo de desapropriação até a emissão de posse.
- Emitir normas gerais para a execução da Reforma Agrária.
- Assessorar os Estados na condução da Reforma Agrária.
- Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução.
- Liberar recursos financeiros, conforme o plano estadual aprovado pelo Conselho Estadual de Reforma Agrária.

Governo Estadual – ações básicas:

- Estruturar e organizar o programa de Reforma Agrária no Estado;
- Assessorar técnica e operacionalmente o nível municipal coordenando o processo de planejamento de forma integrada, descentralizada e participativa (produtores,

organizações, Estado, Município e Governo Federal);

- Realizar a execução de forma integrada e descentralizada através de parceria com as organizações de produtores assentados, sob a orientação e assessoramento dos órgãos setoriais;
- Acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas pelos órgãos setoriais, gerando informações para o controle da sociedade civil e dos órgãos parceiros, possibilitando ajuste de seus esquemas de trabalho;
- Estabelecer parcerias com Prefeituras, entidades sociais, ONG's e órgãos governamentais para a implementação da Reforma Agrária municipal;
- Gerenciar e liberar os recursos financeiros, repassados pelo Governo Federal e Estadual, para o nível municipal, exigindo sua contrapartida de recursos.

Governo Municipal – Ações Básicas:

- Participar do Planejamento;
- Exercer controle sobre as atividades desenvolvidas no âmbito municipal;
- Executar obras e serviços;
- Alocar recursos orçamentário/financeiros de forma complementar ao Programa;
- Divulgar e organizar a estrutura técnica municipal para operar a Reforma Agrária;
- Participar do acompanhamento e avaliação do programa de Reforma Agrária;
- Envolver e mobilizar as organizações de trabalhadores no processo de implantação da Reforma Agrária no município.

Sistema Nacional de Reforma Agrária

Princípios Básicos:

- I- Descentralização – uma vez que a Reforma Agrária não pode ser responsabilidade apenas do Governo Federal.
- II- Regionalização – observando as especificidades regionais.

- III- Integração – entendida pela compatibilização com as demais políticas e planos setoriais, visando a complementaridade das ações e a otimização dos recursos.
- IV- Participação da Sociedade – não só como meio de legitimação, mas também como processo educativo de exercício de cidadania e da democracia.

Medidas para Aliviar as Perdas Agrícolas Causadas pela Irregularidade das Chuvas no Ceará

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Fortaleza-CE – MAIO/2001.

Princípios

1. Evitar todas as modalidades de clientelismo político e quebra de equidade no apoio às populações afetadas pela irregularidade de chuvas.
2. Não adotar as práticas de frentes de trabalho para eliminar distorções bem conhecidas e criticadas por toda a sociedade.
3. As atividades e obras que venham a ser realizadas pelo Governo Federal e Estadual devem ser em benefício da sociedade, eliminando a prática do passado da apropriação privada dos recursos do Estado.

4. As ações e gastos com este programa serão transparentes e estarão a disposição da sociedade para conhecimento e acompanhamento.

Medidas governamentais de apoio a geração de ocupação e de renda mínima. Para os agricultores carentes em situação de emergência

1. Seguro agrícola compensatório de 100% das perdas de grãos (milho, feijão e arroz), para os agricultores de subsistência (até 5 ha) com o valor máximo de indenização de R\$ 1.000,00 por família. O governo garantirá também uma indenização mínima de R\$ 500,00 por família.
2. As famílias beneficiadas pelo programa de seguro compensatório ficam na obrigação de participarem de um curso de educação rural ou de alfabetização de jovens e adultos. Os programas de capacitação em tecnologias de conservação ambiental e convívio com o semi-árido

serão para as pessoas já alfabetizadas. Este curso e o material didático composto de apostilas e vídeos de instrução já se encontram prontos para uso imediato. Instrutores da Secretaria de Educação, da EMATERCE e terceirizados poderiam treinar rapidamente os monitores para aumentarem a capacitação de treinarem os produtores.

3. Liberação do crédito do PRONAF B para atividades não agrícola do quadro rural, prioritariamente para as mulheres, inclusive para os municípios afetados por falta de chuvas e não integrantes do PRONAF Infra-estrutura. Esta medida poderá ser determinada pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural. Os recursos alocados para esse segmento do PRONAF até dezembro são de R\$ 15 milhões.

Ações complementares de abastecimento d'água e uso da terra

1. Programa de Reforma Agrária Solidária / Cédula da Terra / Banco da Terra com base na disponibilidade de R\$ 13 milhões já disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário. Será acelerado a execução desse programa dando prioridade aos municípios que apresentaram problemas de inadequação de chuvas e perdas de grãos.
2. O abastecimento d'água para as localidades com problemas sérios de suprimento será viabilizado pela Defesa Civil do Estado. Para essa finalidade será utilizado o carro pipa, em convênio com os municípios, ou providenciado uma solução definitiva pela perfuração de poços e instalação de adutoras, inclusive com apoio do Projeto São José.

Alternativas voluntárias de ocupação para as populações afetadas pela quebra de safra

1. Oferta de oportunidade de trabalho nas obras a serem construídas nos municípios com recursos do Programa PRO-NAF infraestrutura, atualmente em 60 municípios contemplados. Neste caso, o esquema seria combinado com a Caixa Económica e o município beneficiado. Os cadastrados em determinado município seriam indicados pela coordenação do Programa de Apoio aos afetados pela irregularidade de chuvas da respectiva localidade. As ocupações viabilizadas por essa alternativa seriam correspondente ao período de execução das obras.

Razões para Adotar o Novo Sistema de Assistência às Populações Prejudicadas Pela Estiagem do Ano 2001

Compensação dos prejuízos

- **O SEGURO COMPENSATÓRIO CONSIDERA OS SEGUINTE ELEMENTOS:**
 1. Somente serão beneficiados os produtores que tiveram perda ponderada de feijão e milho com mais de 60%.
 2. O benefício abrange apenas os estabelecimentos com até 5 ha plantados. O módulo rural no Cariri é de 25 ha e no Sertão Central 50 ha.
 3. A avaliação das perdas será de apenas milho e feijão (examinar a possibilidade de trocar um destes dois produtos que

tiver o maior índice de perda por outra cultura, isto é, algodão).

4. O preço médio para estimativa das perdas será o “preço mínimo”. No ano 2000, o milho foi vendido 3 vezes superior ao preço mínimo e o feijão por até 5 vezes.

▪ **JUSTIFICATIVA PARA A RENDA MÍNIMA**

1. Todas as pessoas ouvidas sobre o assunto, bem como as organizações sociais e a Igreja, são unânimes em estipular as remunerações das pessoas assistidas em um salário mínimo
2. As remunerações do passado de meio salário mínimo foram merecedores de severas críticas e avaliação de que se tratava de exploração ou de humilhação para o trabalhador assistido.
3. A indenização da safra será de R\$ 500 a 1.000 por família – isto significará em média de meio a um salário por mês, em 6 meses. Dada a alta produtividade do milho no Cariri é possível que o ní-

vel médio seja próximo de um salário do restante do Estado. Este valor certamente não ultrapassará 60% do salário mínimo nas demais regiões.

4. Aqui se concentra uma das diferenças com o sistema anterior; mais rigor nos critérios com os verdadeiros necessitados recebendo uma compensação mais adequada. Estimamos que, nos sistemas de frentes de serviços, dos gastos realizados apenas uma parte chega ao bolso do verdadeiro prejudicado. Agora, admitimos que com essa nova sistemática os recursos chegarão ao seu real destino.
5. Comparando com o sistema de seguro compensatório em relação às frentes de serviços (obras públicas, atividades improdutivas, equipamentos usados, materiais para as obras) é possível que o novo sistema custe ao Governo a metade do esquema antigo.
6. Quem mais lucra com a nova sistemática, no entanto, é o governo que

não poderá ser taxado de injusto e de aproveitador de trabalho “escravo” dos emergenciados. Acaba o clientelismo, o desperdício e a possível “corrupção” que não foi possível eliminar. Isto sem falar no maior resultado de tudo que será feito: o avanço da educação, permitindo construir o novo tesouro do ser humano que é o domínio das letras e do conhecimento.

7. Com a experiência que for adquirida, será possível aperfeiçoar este sistema, oferecendo essa estratégia de menor risco para os produtores familiares.

Situação da Articulação dos Programas de Convívio com o Semiárido do Ceará

1 O problema de articulação existe:

- a) dentro dos programas, em relação à articulação entre segmentos, no espaço e no tempo;
- b) entre programas de Secretarias, com o mesmo objetivo;
- c) entre programas de Governo Federal, Estadual e Municipal.

2 Existem disfunções do tipo abaixo:

Ao lado de casos em que as ações são efetivamente complementares, também são identificadas distorções que prejudicam o desempenho das ações de governo como um todo, tanto em termos de eficiência (custos) como de eficácia (alcance dos objetivos).

▪ A NÍVEL DO ESPAÇO:

- a) superposição de esforços: com ações semelhantes na mesma área, voltados para o mesmo público;
- b) conflitos entre as ações permanentes e de curto prazo;
- c) conflitos entre programas com objetivos diferentes.

▪ A NÍVEL INSTITUCIONAL

Em primeiro lugar, a não articulação institucional é causa de desarticulação de ações no espaço geográfico concreto. Existem problemas de articulação:

- a) a nível local, entre os órgãos executores;
- b) a nível estadual, onde o planejamento é feito em órgãos diferentes, nem sempre com articulação adequada;
- c) a nível estadual, destaca-se:
 - com relação aos programas para o semiárido, ainda existe pouca integração;
 - com relação aos demais programas setoriais, existe ainda menor articulação.

d) a nível municipal também é necessário definir melhor os papéis, especialmente com relação aos fluxos financeiros.

▪ **ARTICULAÇÃO NA ÁREA DE RECURSOS:**

- a principal fonte é unificada a nível estadual, mas há desarticulação nos fluxos para os projetos.
- Articulação Vertical: Federal – Regional – Estadual – Local
- Público Meta: Há necessidades de definir melhor os papéis.

▪ **SUGESTÕES:**

- a) em primeiro lugar, considera-se que todas as ações de Governo deveriam ser orientadas para o alcance dos objetivos da política do Estado;
- b) as diversas ações no mesmo espaço devem ser articuladas no tempo e no espaço, em direção aos objetivos. Algumas alternativas para melhorar o processo de ação mais harmônica são as seguintes:

- unificação do planejamento e da coordenação dos programas a nível estadual;
 - fusão de programas com a mesma finalidade;
 - aperfeiçoamento do planejamento participativo municipal;
 - definição clara e precisa das atribuições dos diversos órgãos participantes dos programas.
- c) para o caso de programas com objetivos conflitantes, sugere-se a adoção de zoneamento ou extinção de algumas ações, a partir de sua avaliação frente aos objetivos pretendidos;
- d) considerar o esforço de capacitação como instrumento de articulação.

Assentamentos/Creches
Faixa Etária/Escolaridade

Tabelas

Governo do Estado do Ceará Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR
 Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE
 Unidade de Capacitação e Treinamento – UNIT
 Resumo/Faixa Etária/Escolaridade/Assentamento

CREDE 02 – ITAIPUOCA

Município: Amontada

	FAIXA ETÁRIA										ESCOLARIDADE																											
	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU IN- COMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO																				
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	10	15	20	25	30	35	40	50	60	60	45	30	26	17	14	12	3	10	15	9	43	79	35	4	0	0	0	0
TANQUES	45	30	26	17	14	12	3	10	15	9	45	30	26	17	14	12	3	10	15	9	45	30	26	17	14	12	3	10	15	9	43	79	35	4	0	0	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	45	30	26	17	14	12	3	10	15	9	45	30	26	17	14	12	3	10	15	9	45	30	26	17	14	12	3	10	15	9	43	79	35	4	0	0	0	0

Município: Amontada

	FAIXA ETÁRIA										ESCOLARIDADE																												
	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU IN- COMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO																					
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	10	15	20	25	30	35	40	50	60	60	0	0	0	1	1	0	2	8	2	0	5	1	6	2	0	0	0	0	0
TANQUES	0	0	0	1	1	0	2	8	2	0	0	0	0	1	1	0	2	8	2	0	0	0	0	1	1	0	2	8	2	0	5	1	6	2	0	0	0	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	0	0	0	1	1	0	2	8	2	0	0	0	0	1	1	0	2	8	2	0	0	0	0	1	1	0	2	8	2	0	5	1	6	2	0	0	0	0	0

Município: Itapipoca

	FAIXA ETÁRIA											ESCOLARIDADE						
	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU IN- COMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60								
	10	15	20	25	30	35	40	50	60	60								
CÓRREGODOS	0	0	3	2	4	2	6	13	9	1	20	18	1	1	0	0	0	0
TANQUE																		
CÓRREGODOS	69	20	33	16	12	11	14	22	16	6	95	94	37	0	0	0	0	0
TANQUES																		
TIMBAÚBA	13	8	6	8	2	0	4	1	2	3	19	17	6	0	0	1	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	82	38	42	26	18	13	24	36	26	10	134	129	44	1	0	3	0	0

Município: Miraima

	FAIXA ETÁRIA											ESCOLARIDADE						
	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU IN- COMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60								
	10	15	20	25	30	35	40	50	60	60								
CARNAÚBAS	19	14	11	10	1	6	4	2	4	2	24	31	6	0	0	0	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	19	14	11	10	1	6	4	2	4	2	24	31	6	0	0	0	0	0

Município: Pentecoste

	FAIXA ETÁRIA										ESCOLARIDADE								
	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU INCOMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO	
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60									
AROEIRAS/MATIAS	0	0	0	1	1	4	4	2	0	3	0	9	5	0	1	0	0	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	0	0	0	1	1	4	4	2	0	3	0	9	5	0	1	0	0	0	0

Município: São Gonçalo do Amarante

	FAIXA ETÁRIA										ESCOLARIDADE								
	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU INCOMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO	
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60									
MATA FRESCA	23	20	17	10	4	7	8	19	4	5	17	63	15	0	0	0	0	0	0
NOVO TORÉM	28	8	11	7	8	5	5	4	9	13	45	8	1	0	0	0	0	0	0
ASSENTAMENTO MUNGUBA	33	10	7	8	14	18	14	13	6	7	15	10	10	0	0	0	0	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	84	38	35	25	26	30	27	37	14	21	45	118	33	1	0	0	0	0	0

Município: Tejeçuoca

	FAIXA ETÁRIA										ESCOLARIDADE							
	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1ª GRAU ATÉ A 4ª COM.	1ª GRAU ATÉ A 8ª IN-COMP.	2ª GRAU INCOMP.	3ª GRAU INCOMP.	3ª GRAU INCOMP. COM.	PÓS-GRADUAÇÃO	
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60								
BOM SUCESSO	10	15	20	25	30	35	40	50	60	60								
CAIÇARA	0	0	1	3	2	0	1	1	3	0	11	16	8	0	0	0	0	0
MACACO	31	7	9	6	7	8	3	6	2	0	7	33	11	1	2	2	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	46	13	13	15	12	11	11	8	8	1	21	56	20	1	2	2	0	0
TOTAL/CREDE	288	143	136	103	76	79	79	106	72	46	275	449	165	9	6	8	0	0

Município: Trairi

	FAIXA ETÁRIA										ESCOLARIDADE							
	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1ª GRAU ATÉ A 4ª COM.	1ª GRAU ATÉ A 8ª IN-COMP.	2ª GRAU INCOMP.	3ª GRAU INCOMP.	3ª GRAU INCOMP. COM.	PÓS-GRADUAÇÃO	
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60								
SANTA FÉ	10	15	20	25	30	35	40	50	60	60								
TOTAL MUNICÍPIO	12	10	9	8	3	3	4	3	3	0	3	26	16	0	3	3	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	12	10	9	8	3	3	4	3	3	0	3	26	16	0	3	3	0	0

CREDE 08 – BATURITÉ

Município: Aracoiaba

	FAIXA ETÁRIA										ESCOLARIDADE									
	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU IN- COMP.	1º GRAU INCOMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO	
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU IN- COMP.	1º GRAU INCOMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO	
BOA UNIÃO	10	15	20	25	30	35	40	50	60	60										
PASSAGEM FUNDA	13	21	7	9	5	4	5	7	3	1	18	48	7	2	0	0	0	0	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	31	25	16	13	10	8	8	10	4	1	52	57	13	3	1	0	0	0	0	0

Município: Aratuba

	FAIXA ETÁRIA										ESCOLARIDADE									
	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU IN- COMP.	1º GRAU INCOMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO	
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU IN- COMP.	1º GRAU INCOMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO	
FAZENDA VIDEO	6	7	2	5	0	2	1	4	4	5	9	22	5	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	6	7	2	5	0	2	1	4	4	5	9	22	5	0	0	0	0	0	0	0

Município: Baturité

		FAIXA ETÁRIA						ESCOLARIDADE														
		0-10		11-20		21-30		1º GRAU		2º GRAU		3º GRAU		PÓS-GRAU								
		ATÉ A 4ª		ATÉ A 8ª		IN-COMP.		IN-COMP.		IN-COMP.		COMP.		COMP.								
ASSENTAMENTO		0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	ANALFA-DE	1º GRAU	1º GRAU	2º GRAU	2º GRAU	3º GRAU	3º GRAU	PÓS-GRAU	PÓS-GRAU	
MATA FRESCA		0	0	1	6	2	1	1	7	1	1	5	11	3	0	0	0	1	0	0	0	0
TOTAL MUNICÍPIO		0	0	1	6	2	1	1	7	1	1	5	11	3	0	0	1	0	0	0	0	

Município: Capistrano

		FAIXA ETÁRIA						ESCOLARIDADE													
		0-10		11-20		21-30		1º GRAU		2º GRAU		3º GRAU		PÓS-GRAU							
		ATÉ A 4ª		ATÉ A 8ª		IN-COMP.		IN-COMP.		IN-COMP.		COMP.		COMP.							
ASSENTAMENTO		0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	ANALFA-DE	1º GRAU	1º GRAU	2º GRAU	2º GRAU	3º GRAU	3º GRAU	PÓS-GRAU	PÓS-GRAU
BUENOS AIRES E JOÃO ROSA		14	6	2	4	2	3	1	4	0	2	0	22	6	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL MUNICÍPIO		14	6	2	4	2	3	1	4	0	2	0	22	6	0	0	0	0	0	0	0

Município: Boa Viagem

	FAIXA ETÁRIA						ESCOLARIDADE												
	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU INCOMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO	
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU INCOMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO	
CAIS E SACO	10	15	20	25	30	35	40	50	60	60									
SANTA FÉ	14	3	18	3	2	6	2	5	7	3		4	28	2	0	1	2	0	0
VARZEA REDONDA	15	3	5	4	1	2	5	2	1	2		6	23	6	0	0	0	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	39	11	30	8	9	8	10	15	8	5	44	79	8	2	2	2	0	0	0

Município: Madalena

	FAIXA ETÁRIA						ESCOLARIDADE												
	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU INCOMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO	
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU INCOMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO	
CACIMBA NOVA (EST)	10	15	20	25	30	35	40	50	60	60									
PARAÍSO	18	11	4	2	4	3	4	3	12	2	63	32	10	6	2	1	0	0	0
SANTO ANTÔNIO	4	5	2	2	0	2	1	3	1	4		4	14	10	0	0	0	0	0
SERRINHA DOS PAULINOS (EST)	16	9	5	3	2	6	0	1	7	2	12	24	1	0	0	0	0	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	74	40	26	16	14	18	13	11	26	15	92	101	32	6	3	1	1	0	0

Município: Quixadá

	FAIXA ETÁRIA						ESCOLARIDADE											
	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU INCOMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO
ASSENTAMENTO	10	15	20	25	30	35	40	50	60	60								
FONFIM	10	4	2	1	5	3	2	2	1	2	5	20	4	1	1	2	0	0
BELO MONTE	3	6	2	1	3	2	1	2	2	2	7	10	3	0	2	0	0	0
COSTÚDIO I E II	23	10	7	5	3	3	5	10	2	1	8	34	11	22	1	3	0	0
BOM PRINCÍPIO																		
FAZENDA SÃO JOAQUIM	9	3	6	6	2	2	0	8	3	2	3	15	0	15	0	2	0	0
FLORESTA I	21	8	12	6	3	5	4	5	6	1	0	54	10	0	0	0	0	0
FLORESTA II	14	11	8	6	6	2	5	5	2	4	9	18	13	14	0	1	0	0
SANTA MARIA	37	15	5	3	7	8	6	5	0	2	83	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	117	57	42	28	29	24	26	38	23	12	34	234	41	52	4	8	0	0

Município: Quixeramobim

	FAIXA ETÁRIA												ESCOLARIDADE						
	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1ª GRAU ATÉ A 4ª COM. IN-COMP.	1ª GRAU INCOMP.	2ª GRAU COM. COMP.	2ª GRAU INCOMP.	3ª GRAU COM. COMP.	3ª GRAU INCOMP.	PÓS-GRADUAÇÃO	
ASSENTAMENTO	10	15	20	25	30	35	40	50	60	60									
BARRA DO FOFO	0	0	0	1	6	7	4	3	2	0	14	8	0	0	0	0	1	0	0
BELO MONTE	50	10	8	13	7	10	8	9	6	7	87	35	9	4	2	1	0	0	0
CACIMBA NOVA II	25	5	12	7	6	7	8	7	3	3	48	26	7	0	0	2	0	0	0
CONDADO	40	27	15	15	12	14	17	12	9	2	22	44	33	0	0	0	0	0	0
MONTE CASTELO	11	16	5	2	3	3	2	2	3	4	20	20	15	0	0	0	0	0	0
PEDRAS ALTAS	32	17	16	16	2	0	8	12	6	2	22	48	9	4	2	3	0	0	0
PITOMBEIRAS II	12	7	2	0	3	3	2	3	1	2	7	15	6	1	1	1	0	0	0
POÇO CERCADO	17	13	7	6	3	4	1	9	7	1	41	13	9	3	3	0	0	0	0
SÃO JOSÉ	13	10	8	8	1	2	2	7	9	0	4	38	16	0	1	0	0	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	200	106	73	68	43	50	52	64	46	21	265	247	104	12	9	8	0	0	0
TOTAL/CREDE	451	236	184	127	105	106	106	134	108	59	482	705	192	71	19	20	1	0	0

CREDE 13 – CRATEÚS**Município: Catunda**

	FAIXA ETÁRIA										ESCOLARIDADE																		
	0	1	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU INCOMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO											
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	10	15	20	25	30	35	40	50	60	60	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BOM VERGEL	18	15	16	5	2	2	2	11	2	3	10	32	25	0	6	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ROMÃO	12	7	10	5	1	1	7	8	2	21	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
TOTAL MUNICÍPIO	30	22	26	10	3	3	3	18	10	5	31	57	25	0	6	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Município: Crateús

	FAIXA ETÁRIA										ESCOLARIDADE																	
	0	1	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU INCOMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO										
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	10	15	20	25	30	35	40	50	60	60	0	0	0	0	0	0	0	0
BARRA DÁGUA	8	8	5	9	6	4	3	8	8	6	10	20	14	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CAJUEIRO/REDENÇÃO	14	12	21	12	14	11	6	12	9	4	18	42	33	0	8	8	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FAZ. BARRA/BOM TEMPO	11	7	10	11	19	11	4	8	8	1	31	39	15	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LAGOA	17	11	12	11	3	5	12	8	4	0	11	36	21	0	5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TIOREGA/CALDEIRÃO DE CIMA	44	34	29	24	21	14	2	25	15	3	62	96	29	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	94	72	77	67	63	45	27	61	42	14	132	233	112	0	18	11	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Município: Independência

	FAIXA ETÁRIA						ESCOLARIDADE												
	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP. IN-COMP.	1º GRAU INCOMP. COMP.	2º GRAU INCOMP. COMP.	2º GRAU INCOMP. COMP.	3º GRAU INCOMP. COMP.	3º GRAU INCOMP. COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO	
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60									
JATOBAZINHO/ MEL	12	7	2	4	5	3	1	3	3	0	13	0	23	0	0	0	0	0	0
SÃO LUIZ	11	5	0	4	4	3	2	5	2	0	0	23	0	0	1	0	0	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	23	12	2	8	9	6	3	8	5	0	13	23	23	1	0	0	0	0	0

Município: Ipuerais

	FAIXA ETÁRIA						ESCOLARIDADE												
	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60 <th>MAIS DE 60</th> <th>1º GRAU ATÉ A 4ª COMP. IN-COMP.</th> <th>1º GRAU INCOMP. COMP.</th> <th>2º GRAU INCOMP. COMP.</th> <th>2º GRAU INCOMP. COMP.</th> <th>3º GRAU INCOMP. COMP.</th> <th>3º GRAU INCOMP. COMP.</th> <th>PÓS-GRADUAÇÃO</th>	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP. IN-COMP.	1º GRAU INCOMP. COMP.	2º GRAU INCOMP. COMP.	2º GRAU INCOMP. COMP.	3º GRAU INCOMP. COMP.	3º GRAU INCOMP. COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO	
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60									
BACOPARI/ GAURIBAS	24	20	6	6	2	4	7	8	2	0	12	35	24	0	0	0	0	0	0
BOM SUCESSO	26	10	10	9	5	5	4	11	2	2	9	50	15	0	0	0	0	0	0
CURRALINHO	11	5	4	4	0	1	3	2	4	1	8	14	4	0	0	0	0	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	61	35	20	19	7	10	14	21	8	3	29	99	43	0	0	0	0	0	0

Município: Monsenhor Tabosa

	FAIXA ETÁRIA												ESCOLARIDADE						
	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU INCOMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO	
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU INCOMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO	
BOA ESPERANÇA/AGROBEL	24	21	9	7	8	7	8	7	1	0	21	35	35	1	1	0	0	0	0
DIAMANTE DO PADRE CÍCERO	10	7	7	7	0	4	2	4	1	2	12	23	2	1	0	2	0	0	0
MONTE ALEGRE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SANTA IZABEL	8	6	1	9	8	4	2	3	4	1	14	22	8	0	0	0	0	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	42	34	17	23	16	15	12	14	6	3	47	80	45	2	1	2	0	0	0

Município: Russas

	FAIXA ETÁRIA												ESCOLARIDADE						
	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU INCOMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO	
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31 <td>38</td> <td>41</td> <td>51</td> <td>60</td> <td>MAIS DE 60</td> <td>1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.</td> <td>1º GRAU INCOMP.</td> <td>2º GRAU INCOMP.</td> <td>2º GRAU COMP.</td> <td>3º GRAU INCOMP.</td> <td>3º GRAU COMP.</td> <td>PÓS-GRADUAÇÃO</td>	38	41	51	60	MAIS DE 60	1º GRAU ATÉ A 4ª COMP.	1º GRAU INCOMP.	2º GRAU INCOMP.	2º GRAU COMP.	3º GRAU INCOMP.	3º GRAU COMP.	PÓS-GRADUAÇÃO	
RAPOSA/BOI MORTO	8	12	7	5	6	3	4	4	3	0	17	20	9	0	2	2	0	2	0
VARZEA ALEGRE	4	6	5	1	1	1	1	1	0	6	7	19	0	0	1	0	0	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	12	18	12	6	7	4	5	4	3	6	24	39	9	0	3	2	0	0	0

Município: Poranga

	FAIXA ETÁRIA										ESCOLARIDADE						
											1º GRAU		2º GRAU		3º GRAU		PÓS-GRADUAÇÃO
	MAIS DE 60										ATÉ A 4ª ATÉ A 8ª	IN-COMP.	IN-COMP.	IN-COMP.	IN-COMP.		
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	1º GRAU	2º GRAU	3º GRAU	PÓS-GRADUAÇÃO			
	10	15	20	25	30	35	40	50	60	60	ATÉ A 4ª	IN-COMP.	IN-COMP.	IN-COMP.			
CASCAVEL	10	15	15	7	6	7	7	7	2	1	22	22	0	0	0	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	10	15	15	7	6	7	7	7	2	1	22	22	0	0	0	0	0

Município: Tamboril

	FAIXA ETÁRIA										ESCOLARIDADE							
											1º GRAU		2º GRAU		3º GRAU		PÓS-GRADUAÇÃO	
	MAIS DE 60										ATÉ A 4ª ATÉ A 8ª	IN-COMP.	IN-COMP.	IN-COMP.	IN-COMP.			
ASSENTAMENTO	0	11	16	21	26	31	38	41	51	60	1º GRAU	2º GRAU	3º GRAU	PÓS-GRADUAÇÃO				
	10	15	20	25	30	35	40	50	60	60	ATÉ A 4ª	IN-COMP. <td>IN-COMP.</td> <td>IN-COMP.</td>	IN-COMP.	IN-COMP.				
BOM JARDIM	19	18	6	5	4	5	5	9	3	0	23	27	6	2	0	3	0	0
ENCANTO DO BOM JARDIM	45	18	9	8	7	5	17	7	1	3	42	64	13	0	0	0	0	0
JIBÓIA	18	17	13	7	3	3	4	12	8	2	2	55	17	0	4	0	0	0
SÃO JOÃO	18	14	10	15	6	7	5	10	11	2	7	64	16	2	0	3	0	0
SÃO MANUEL DO ROSÁRIO	28	15	18	11	9	6	5	13	4	3	12	79	5	1	0	1	0	0
TOTAL MUNICÍPIO	128	82	56	46	29	26	36	51	27	10	86	289	57	5	4	7	0	0
TOTAL/CREDE	400	290	225	186	140	116	107	184	103	42	395	842	336	8	32	22	2	3
TOTAL GERAL	1.240	742	601	461	353	337	314	477	316	164	1.258	2.240	742	94	61	56	3	3